

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo

Índice

03	Semana Nacional 'Sede de Aprender' fiscaliza acesso à água potável e saneamento básico em escolas da Bahia
04	MPBA recomenda ao Município de Salvador garantia de merenda escolar durante greve dos professores
05	XXVII Encontro dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia destaca parceria estratégica entre UNCME e Ministério Público
06	Município de Conde adere ao projeto 'Transporte Legal'
07	MPBA aciona Estado e Município de Catu para regularizar acesso ao transporte público escolar de pessoas com deficiência
08	MPBA debate educação inclusiva na rede privada de ensino na Bahia
09	Riachão do Jacuípe e Candeal aderem ao projeto 'Transporte Legal'
10	Brasil falha em cumprir metas do Plano Nacional de Educação
11	Ações de suporte jurídico e pedagógico
12	Leis e decisões na educação

Semana Nacional 'Sede de Aprender' fiscaliza acesso à água potável e saneamento básico em escolas da Bahia

Mais de 500 escolas foram visitadas por equipes do MPBA, UNCME, TCE e TCM



Entre os dias 2 e 6 de junho, a Bahia se destacou nacionalmente durante a Semana do projeto “Sede de Aprender pelo Direito à Água nas Escolas”, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A iniciativa tem como objetivo fiscalizar as condições de infraestrutura básica das escolas públicas, com ênfase no acesso à água potável, banheiros funcionais e rede de esgotamento sanitário.

Com a vistoria de 513 escolas, distribuídas entre capital e interior, a Bahia foi o estado com maior número de unidades escolares fiscalizadas durante o período. A ação foi conduzida pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e os Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), reafirmando o compromisso conjunto com a garantia de direitos fundamentais no ambiente escolar.

O acompanhamento das condições de saneamento básico nas escolas continuará por meio do aplicativo Milênio Mobile, que agora conta com um campo específico para o registro de informações sobre água potável, banheiros e esgotamento sanitário. A iniciativa reforça a urgência de assegurar às crianças e adolescentes um ambiente escolar digno e saudável, essencial ao processo de aprendizagem.

MPBA recomenda ao Município de Salvador garantia de merenda escolar durante greve dos professores



O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) recomendou à Prefeitura de Salvador que garanta a continuidade da alimentação escolar aos alunos da rede pública municipal durante a suspensão das aulas provocada pela greve dos profissionais da educação.

A recomendação, feita pelo promotor de Justiça Valmiro Macedo, destaca a necessidade de atender especialmente os estudantes em situação de vulnerabilidade social. Entre as opções sugeridas estão a entrega de kits alimentares, o fornecimento de refeições prontas nas escolas ou outras formas que assegurem qualidade nutricional, regularidade e dignidade.

O MPBA também orienta que as medidas adotadas sejam amplamente divulgadas à comunidade escolar, com transparência e igualdade no acesso, e que a qualidade dos alimentos seja monitorada por nutricionistas conforme as diretrizes do PNAE e as normas sanitárias.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado) [Leia a matéria na íntegra](#)

XXVII Encontro dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia destaca parceria estratégica entre UNCME e Ministério Público



Entre os dias 14 e 16 de maio, foi realizado em Salvador o Seminário Estadual da UNCME Bahia – XXVII Encontro dos Conselhos Municipais de Educação. O evento destacou a importância da articulação entre os Conselhos Municipais de Educação e o Ministério Público na defesa da educação pública de qualidade.

Na abertura, o promotor de Justiça Adriano Freire, coordenador do CEDUC, reforçou a parceria entre o MP e os conselhos, ressaltando o apoio institucional dos promotores na garantia do direito à educação. No dia 15, os promotores Patrícia Camilo Caetano, gerente do Projeto Saber Melhor, e Valmiro Macedo, que atua na área da educação em Salvador, enfatizaram o fortalecimento dos conselhos como estratégia essencial para assegurar uma educação democrática.

Também foi apresentada a iniciativa “Ação Escola Legal”, voltada à legalidade e ao funcionamento regular das instituições de ensino. O encontro reafirmou o compromisso conjunto pela melhoria da qualidade da educação, com foco no controle social e na atuação integrada entre os diversos agentes públicos.

Fonte: CEDUC



Município de Conde adere ao projeto 'Transporte Legal' Iniciativa do MPBA visa monitorar e aperfeiçoar o transporte escolar municipal



O Município de Conde aderiu ao projeto 'Transporte Legal', do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), por meio do Ceduc, com foco na melhoria e fiscalização do transporte escolar.

A assinatura do termo de adesão ocorreu no dia 2 de junho, após apresentação feita pelas promotoras de Justiça Lívia Avance e Ana Patrícia Vieira. Com a adesão, o município se comprometeu a inserir e atualizar dados na plataforma do projeto, garantindo a regularização dos veículos, rotas e número de estudantes atendidos. Participaram do encontro representantes da Secretaria Municipal de Educação e da assessoria jurídica do município.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia a matéria na íntegra](#)

MPBA aciona Estado e Município de Catu para regularizar acesso ao transporte público escolar de pessoas com deficiência



O Ministério Público da Bahia, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Catu, ajuizou ação civil pública com pedido liminar contra o Estado da Bahia e o Município de Catu para garantir transporte escolar acessível a estudantes com deficiência.

A iniciativa, do promotor de Justiça Samory Pereira Santos, visa assegurar a presença de profissionais de apoio no transporte, conforme prevê a legislação.

A ação também requer um plano de gestão com diagnóstico da demanda, identificação das rotas, número de alunos com deficiência atendidos e medidas para garantir o serviço com dignidade e segurança.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

MPBA debate educação inclusiva na rede privada de ensino na Bahia

Gestores escolares, educadores, representantes do poder público e membros do Ministério Público do Estado da Bahia participaram, no dia 23 de maio, do Seminário de Educação Inclusiva na Rede Privada de Ensino, realizado na sede do MPBA, no CAB. O evento debateu estratégias para garantir o direito à educação inclusiva nas escolas particulares.

A abertura foi conduzida pelo promotor de Justiça Adriano Marques, coordenador do Ceduc, que apresentou o projeto Saúde + Educação, previsto para chegar às escolas privadas de Salvador no segundo semestre. Ele também anunciou a aplicação de um questionário nas instituições para mapear a realidade da inclusão escolar.

A promotora Cíntia Guanaes destacou a importância de escutar os alunos e reforçou que a inclusão é urgente. A procuradora-geral Adjunta Norma Cavalcanti conclamou a união de esforços para garantir espaço a todas as crianças e adolescentes nas escolas.

Durante o evento, foi lançado o livro Referencial de Educação Inclusiva para Garantia da Inclusão Escolar, com apoio do Sinepe e do MPBA. A advogada Maely Passos compartilhou sua experiência pessoal e defendeu uma escola que valorize a diversidade e a formação contínua dos professores.

A pedagoga Ana Beatriz Araújo apresentou práticas exitosas de inclusão, e a psicóloga Cláudia Perez destacou a importância do diálogo constante entre escola e famílias.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)



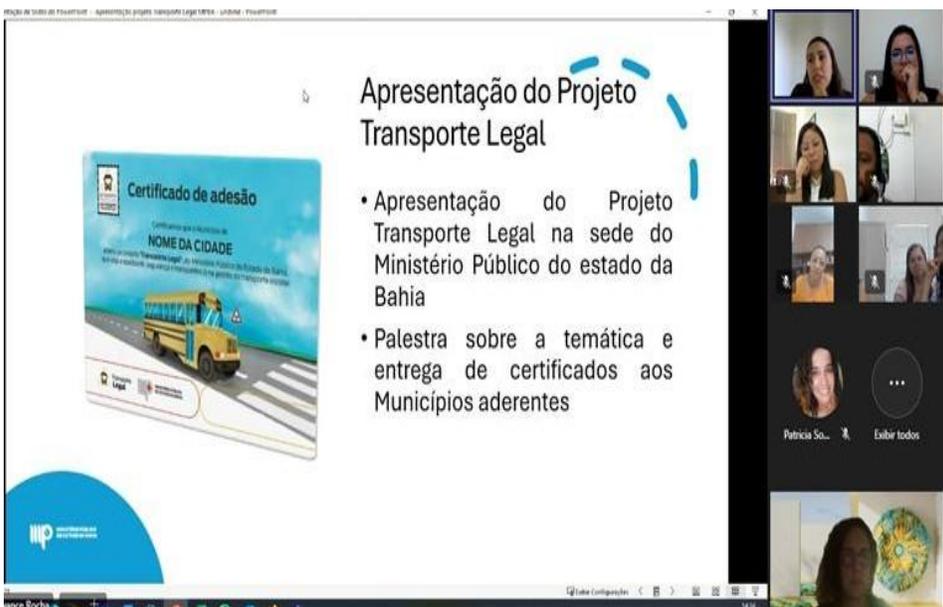
Riachão do Jacuípe e Candeal aderem ao projeto 'Transporte Legal'

Os Municípios de Riachão do Jacuípe e Candeal formalizaram, no dia 6 de maio, a adesão ao projeto 'Transporte Legal', iniciativa do Ministério Público da Bahia (MPBA) voltada à melhoria do transporte escolar municipal.

Com a assinatura do termo pelos prefeitos José Carlos de Matos Soares (Riachão) e Renato Pereira Lima Júnior (Candeal), os municípios se comprometem a seguir as recomendações do MPBA, monitorar o serviço, alimentar o sistema eletrônico do projeto e garantir recursos para a Secretaria de Educação.

A promotora de Justiça Lívia Avance, gerente do projeto, destacou a importância da iniciativa para a transparência e segurança do transporte escolar. Também participaram do evento a promotora Analize Freitas, autoridades municipais e servidores do Ceduc.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



Brasil falha em cumprir metas do Plano Nacional de Educação

Dados da Pnad Contínua Educação 2024, divulgada pelo IBGE, mostram que o Brasil ainda enfrenta desafios para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A taxa de escolarização de crianças de 0 a 3 anos foi de apenas 39,8%, abaixo da meta de 50% prevista para 2016. As regiões Sul (44,4%) e Sudeste (45,5%) apresentaram os melhores índices, enquanto o Norte teve o menor (21,4%).

Entre crianças de 4 a 5 anos, 93,4% estavam na escola, número ainda inferior à meta de universalização. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos atingiu 99,5%, próxima da universalização do ensino fundamental, com destaque para o Sudeste (99,6%).

No grupo de 15 a 17 anos, 93,4% frequentavam o ensino médio, também abaixo da meta de universalização. Já entre jovens de 18 a 24 anos, apenas 31,2% cursavam o ensino superior, distante da meta nacional.

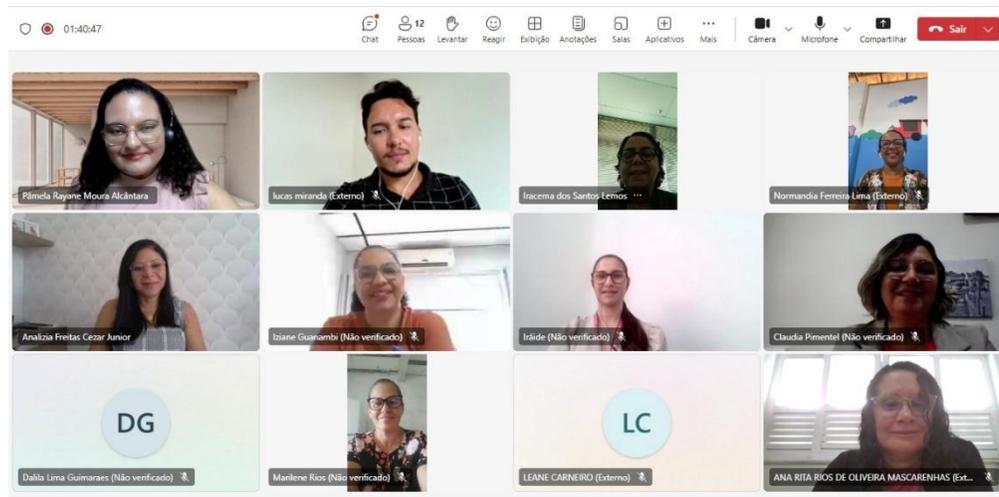
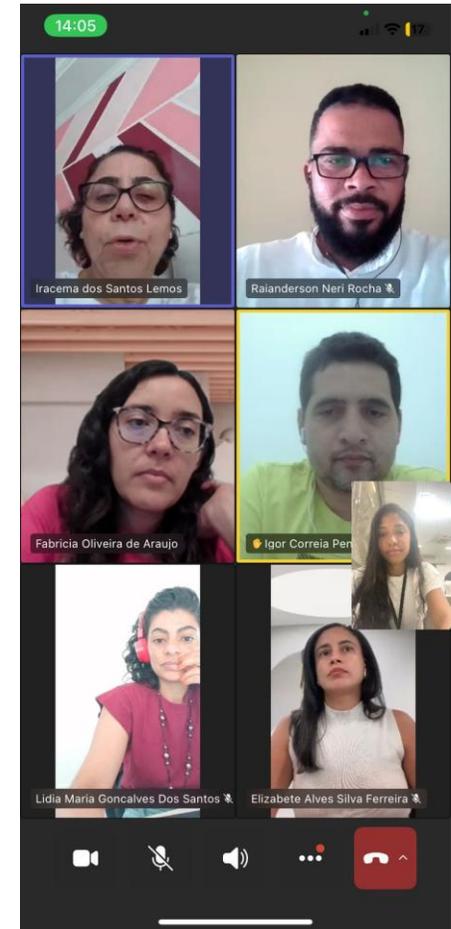
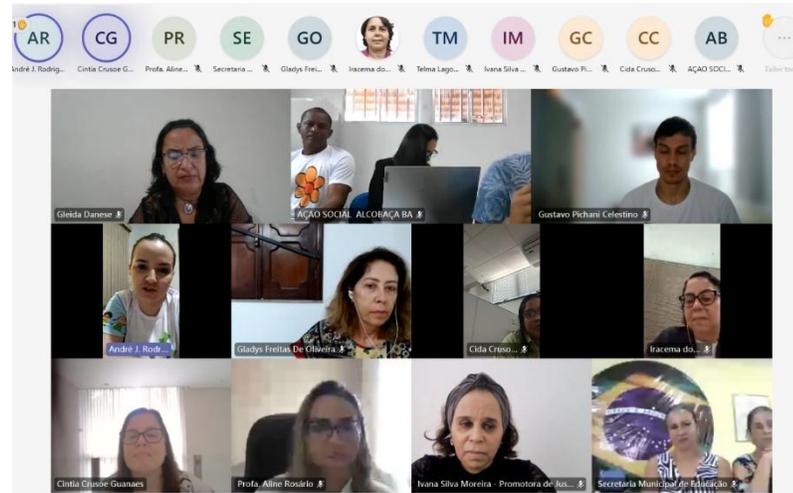
Os dados refletem a necessidade de intensificar políticas públicas para garantir o acesso pleno à educação em todas as faixas etárias e regiões do país.

Fonte: Uol Educação [Leia na íntegra](#)



Ações de suporte jurídico e pedagógico

Meses de maio e junho – 18 reuniões orientativas





DECRETO Nº 12.456 DE 19/05/2025

que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

[Leia na íntegra](#)

RESOLUÇÃO CIF Nº 15, DE 12/06/2025

Aprova a metodologia de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão previstas no art. 14, § 1º, incisos I, IV e V, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, no exercício de 2025, para fins de distribuição dos recursos da complementação do Valor Anual por Aluno - VAAR no exercício de 2026.

[Leia na íntegra](#)

Expediente

Procurador Geral de Justiça
Pedro Maia Souza Marques

CEDUC
Coordenador
Adriano Freire de Carvalho Marques

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabeth Alves Silva Ferreira
Iracema dos Santos Lemos
José Sergio Gomes da Silva
Luiz Gustavo valente Veiga
Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira
Tatiane de Jesus Melo

Organização e Produção do Boletim
Elizabeth Alves Silva Ferreira

✉ Ceduc@mpba.mp.br

☎ 3103-0385

☎ 3103-0387

☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

Índice

